



Justiça Federal determina extinção da Scuderie Le Cocq

O juiz da Quarta Vara da Justiça Federal, em Vitória, Alexandre Miguel, determinou a extinção da Scuderie Le Cocq. De acordo com a sentença proferida no dia 5 de novembro, o juiz determina a dissolução da pessoa jurídica Scuderie Detetive Le Cocq, e manda suspender de imediato todas atividades da organização, exclusivamente a inclusão de novos sócios. O documento também proíbe a divulgação do nome e de símbolos da Scuderie.

A decisão da Justiça Federal acata o pedido do Ministério Público Federal, que havia ingressado há mais de dois anos na Quarta Vara pedindo a extinção da organização, com a alegação de que a Scuderie Le Cocq tem natureza paramilitar e persegue objetivos ilícitos em detrimento de órgãos e interesses da União, além disso, segundo o Ministério Público, a corporação intervém na apuração de crimes em que supostos associados estariam envolvidos, para assegurar-lhes impunidade.

A Scuderie Le Cocq foi fundada na ditadura militar no Rio de Janeiro, com o objetivo de vingar a morte do detetive Milton Le Cocq e de outros policiais. Seu símbolo é o mesmo dos esquadrões de morte: uma caveira, duas tábias e as iniciais EM.

No Espírito Santo, chegou a ser formada por, pelo menos, 800 associados, entre policiais civis, militares, advogados, delegados de polícia, juizes, promotores, coronéis e políticos. O grupo é acusado de assassinar pessoas que se opõem aos seus interesses e estaria envolvido em dezenas de crimes, como tráfico de drogas, jogo do bicho, roubo de carros e sonegação de impostos.

Em maio de 2002, a Anistia Internacional divulgou um relatório em que o Espírito Santo era citado como um Estado em que os “defensores dos direitos humanos sofriam ameaças crescentes” e classificou a Scuderie Detetive Le Cocq como “uma estrutura paramilitar”, “com poderosos grupos econômicos e políticos no Estado, incluindo membros dos poderes executivo, legislativo e judiciário”.

Diversas investigações federais, segundo o documento, já haviam implicado a Le Cocq em execuções extrajudiciais, homicídios de defensores dos direitos humanos, corrupção e crime organizado.

Na época, o relatório motivou o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Rubens Apprato, enviar um relatório ao então Ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, pedindo a intervenção federal no Estado do Espírito Santo, sob a alegação de que instituições criminosas, como a Scuderie Le Cocq, estavam infiltradas em muitas instituições do governo capixaba.

Em julho de 2002, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana chegou a aprovar o relatório que sugeria a intervenção federal, mas o pedido foi arquivado.

O Espírito Santo chegou a ser tema do jornal americano “The New York Times”, em setembro daquele ano. O jornal comparava o Estado com a Colômbia e a capital Vitória seria a “nova Medellín”. Ainda na reportagem, o NYT afirmava que muitos dos responsáveis pela “epidemia de violência” no Estado eram “oficiais defensores da lei”. O jornal citava o poder da Scuderie Detetive Le Cocq dentro do ES.



Fonte: **Gazeta – Espírito Santo**

Date Created
11/12/2004